

A política neoliberal como redutora das possibilidades de criação de novos empreendimentos

Paulo da Cruz Correia¹

Francisco B. de Magalhães Filho²

ISSN 1518-4342

REFERÊNCIA deste trabalho:

CORREIA, Paulo da Cruz e MAGALHÃES FILHO, Francisco B. de. A política neoliberal como redutora das possibilidades de criação de novos empreendimentos. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 294-312.

Resumo:

Economia e política são áreas que se interpenetram em boa medida, devido à influência de políticas públicas que cada vez mais se fazem necessárias na regulação dos desequilíbrios econômicos aliadas à crescente disputa, da movimentação dos ciclos de capitais entre a maioria dos países. Este artigo aborda a referida temática a partir do debate em torno do modelo concentrador neoliberalista, da concentração e desconcentração do capital e da importância da ideologia neoliberalista para a recuperação dos lucros capitalistas. O objetivo é discutir a teoria e a influência do modelo neoliberal e suas possibilidades de abordagens negativas ao quadro de novos empreendimentos, principalmente a partir de Thatcher e Reagan. Indica a importância de rever os novos padrões éticos do capital, estabilidade e necessidade de ajustes de sua concentração, num momento de amplo debate em que todos se voltam para a expectativa de incerteza da economia, manifestando plena interação com o problema.

Palavras-chave: Neoliberalismo, crise e economia brasileira.

1 – Introdução

Este trabalho dará ênfase à discussão da formação e conformação dos capitais nas nações centrais com ampla repercussão nas economias dos países menos desenvolvidos. Esta discussão é importante porque visa entender uma ideologia teórica em favor do modelo concentrador de capitais, principalmente com o advento da crise mundial que se propagou no início da década de 70, com a redução do nível de lucro e a crescente concentração dos

¹ Professor adjunto do Departamento de Administração e Economia da UEL – Campus – Apucarana/PR. paulo.correia@zipmail.com.br

² Professor adjunto do Departamento de Economia da UFPR.

capitais. Este processo trouxe mais tarde conseqüências de pauperização aos países menos desenvolvidos que dependem e sofrem influências diretas das crises que assolam as nações centrais, promovendo um crescente redesenho na forma de dependência.

O trabalho tem como objeto às relações de análise entre o processo de evolução da economia brasileira, sua conformação diante do modelo de desenvolvimento das nações centrais, o entendimento da teoria neoliberal, de como estas nações se posicionaram à luz do processo neoliberal e como estão colaborando para que o modelo neoliberal de organização de política econômica ortodoxa atue, promovendo uma crescente concentração de renda em favor da classe burguesa e canalizando recursos em direção as nações industrializadas via um processo de aprofundamento da dependência. O objetivo básico é compreender esta parte importante da teoria neoliberal.

Este texto possui sete partes, além da introdução. Primeiro foca-se a problemática conceitual envolvendo o aspecto teórico da economia brasileira, enquadrando-a dentro da literatura da condução de política e formação da institucionalidade do País; em seguida, observa-se a questão da teoria neoliberal baseada em Hayek; na quarta seção discute-se as políticas inseridas no interior do modelo neoliberal; na quinta seção discute-se as crises capitalistas que alimentam o avanço neoliberal; na sexta seção as repercussões do modelo neoliberal ao Brasil. Nas considerações finais, discorre-se sobre a promoção da necessidade de planejar as economias de forma geral para a estabilidade e manutenção da confiança, dentro de um quadro de recuperação dos valores que privilegiem o foco de distribuição de rendas e a necessidade de promoção de políticas de valorização de redução da dependência externa.

2 - Conformação da Economia Brasileira no Bojo do Processo Neoliberal

Inicialmente, cumpre apresentar uma abordagem geral sobre o movimento da economia brasileira inserido no processo neoliberal, que passa por um período de recuperação pós 1933 e retorna à crise em 1962, numa conformação em que até à Primeira Guerra Mundial o capitalismo vive uma fase instável. Ao mesmo tempo, até esse período os EUA estão voltados para dentro sem um exército profissionalizado. Pós a segunda Guerra Mundial, ocorre um movimento de internacionalização, envolvendo truste, eletricidade, combustíveis e um conjunto de recursos produtivos que já se fazem presente na conformação industrial dos países.

O que se tem até então na maior parte dos países é a centralização em si mesmo. A partir de 1945, o Estado atua ativamente em bens de capitais duráveis como o automóvel, o avião, borracha e a química que muda muito, no horizonte internacional. Alemanha e Hungria passam por agudas pressões inflacionárias, tem-se presente uma carência de articulação setorial, que constitua algo compacto e organizado. A RÚSSIA em 1917 com capitalismo embrionário, faz um acordo com a Alemanha e segue o caminho socialista. Na Suécia, e países escandinavos, se fortalece a social democracia com forte participação do Estado, onde o fisco pesa muito na produção, que se reverte por meio de saúde, educação, criando um tipo de modelo de crescimento como o agroindustrial na Dinamarca.

Uma outra vertente presente na conformação mundial era a autoritária por meio de Hitler, Mussolini e reflexos tardia com Salazar e Franco. São vias autoritárias com manifestações de nazistas com ideologia ariana e comunista e a preocupação de divisão de rendas. Cria-se uma máquina de guerra que impulsiona o emprego (Cardoso de Mello, 1982).

Uma nova vertente se faz representada pela ala populista, a partir de Roosevelt e o New Deal, atuando com o Estado do Bem Estar Social, garantindo salários, lucros e empregos, atuando no Vale do Mississipi com programas de empresas de irrigação entre

outras. O New Deal, financia Louis Armstrong, poetas e culturas pelo país com clara atuação populista, Roosevelt, tentou promover um cenário positivo com políticas culturais e de combate ao desemprego.

Os EUA só entram na guerra em 1942, no Brasil o café aumenta a produção, a crise se desenha de forma clara, de todo modo algumas indústrias crescem na esteira de excedentes do setor industrial do café. Em outubro de 1929 quando estoura a grande crise, o Brasil não pode contar com o mercado internacional, não havia BIRD, FMI etc. e o país caminha em parte com suas próprias pernas. Segue-se até 1955 as vésperas do Plano de Metas de JK na busca de encontrar um modelo institucional de desenvolvimento político e econômico.

Com Rui Barbosa, busca-se a performance de uma moeda segura passando-se pelo encilhamento, até que Machado de Assis sugere: porque não deixar a Libra e criar o Cruzeiro? A oligarquia em MG, SP e RJ se prolifera no poder e, nas regiões mais atrasadas, reinam o coronelismo, os conchavos, cria-se a república com revezamento de oligarquia. Via-se nas instituições políticas brasileiras correntes da república, em 1920, com clara queda do café, São Paulo se torna metrópole forte com seus movimentos de inquietação política. Em 1917, a revolução RUSSA é a República no Brasil manifestada na coloração de diversas revoltas, em 1922 a criação do PCB, outros movimentos surgem em 1924, respaldados por intelectuais como Mário de Andrade (em Macunaíma) e os demais escritores da época buscam dar um caráter nacional ao Brasil (Abreu, 1995).

Em 1930, Getúlio Vargas ex-governador do RS e Ministro da Fazenda de Washington Luiz chega à presidência dizendo em seu discurso de posse, da necessidade de se proteger a agricultura, além de desenvolver setores que são eixo de qualquer civilização, indicando a criação da siderúrgica nacional. Intelectuais como Oliveira Vianna, entre outros, trabalham com Getúlio na montagem da estrutura do setor nacional. Vem Dutra e a segunda gestão de Getúlio, que raciona o câmbio, visando atender a demanda, agora com setores da economia tradicional mais ou menos montados a partir de 1933 (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1984).

Getúlio Vargas tentou organizar institucionalmente o País, formando sindicatos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT inspirada em Mussolini), onde os dissídios pudessem ser resolvidos via discussão de trabalhadores e patrões. Monta-se uma organização de políticas setoriais que equacione seus problemas, num período sem contar com ajuda internacional, ainda que de forma populista tentando atender interesses básicos de trabalhadores. No entender de Lessa, ao que parece isso se dá de acordo com o mercado. Ainda assim, para Roberto Simonsen, ficou a idéia de se articular a necessidade de se criar uma base industrial para garantir a independência política do Estado e seu povo.

Havia um movimento capitalista sem classe, em uma composição política empactada sem um grupo, que se sobressaía como liderança de avanço ao desenvolvimento, embora a estruturação, a formação dos aparelhos públicos a partir de Vargas se propagasse. Getúlio Vargas deixou o terreno preparado para que Juscelino promovesse os 50 anos em 5.

Estruturou-se o Estado, sem ter um sujeito de apoio externo, o estado industrial foi um passo maior do que a perna com geração de capacidade ociosa, a partir de uma base primária exportadora, embora a indústria ainda fosse restringida. A 'industrialização restringida' (1933/1955) compreende um processo onde se situa uma série de reformas no Estado (na sua ossatura material) visando modernizá-lo e o municiou para dar sustentação ao período da industrialização seguinte, a industrialização pesada (1956/1967). Na fase tida como de industrialização restringida a instalação do núcleo fundamental do departamento dos bens de produção, que permitiria à produção saltar a frente da demanda, condicionando-a e determinando-a dinamicamente, nos termos de Conceição Tavares, (1985) e Tavares e Mellin, (1997), dado os requerimentos tecnológicos postos e, portanto, de mobilização de capital,

representavam um esforço que não estava ao alcance da economia nacional, seja pelas condições internas de acumulação dadas, seja pelos condicionantes externos em disponibilizar a tecnologia e financiamento necessários.

Nos termos do próprio Cardoso de Mello (1988: 112):

“... o nascimento tardio da industrialização pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados”.

Nesse contexto às condições institucionais do pós-guerra, muda com as empresas internacionais olhando quais os mercados mais importantes e aí se rompe à tendência primário exportadora. Assim, a dinâmica da competição oligopólica dos países centrais resultante da conglomeração financeira e sua expansão a escala mundial, permitiu que tal processo de completude da industrialização brasileira se desse em associação forte com o capital multinacional, em especial o europeu. Enquanto as empresas norte-americanas migravam para o Canadá, Inglaterra e Europa continental, dadas às vantagens tecnológicas e financeiras que gozavam no pós-guerra, forçando o acirramento da concorrência, as empresas européias tiveram que buscar espaços de valorização no terceiro mundo. Trouxeram juntas capacidade para importar e de mobilização e concentração de capitais. Além disso, ocuparam um espaço não preenchido por capitais nacionais, mas que ao se instalarem tinham efeitos dinâmicos sobre os setores ocupados por capitais nacionais, havendo um grau relativamente alto de complementaridade no processo.

Assim, ao se completar o processo capitalista de instalação da indústria no país, pela já mencionada internalização dos setores de bens de produção e bens duráveis de consumo, nasce também uma nova dinâmica de ciclo econômico determinado endogenamente, mas predominantemente pelo setor industrial. O perfil dos investimentos no período de industrialização pesada e a estrutura industrial que deles resultam, bem como as estruturas de mercado oligopolizadas que se formam setorialmente, vão condicionar o movimento cíclico, cuja fase ascendente se manifesta de 1956 a 1961, a qual passamos a caracterizar brevemente (Mendonça de Barros & Lídia Goldenstein, 1997).

Dada a incapacidade do capital nacional para a mobilização da quantidade de capital requerida para o processo, coube ao Estado e ao capital estrangeiro realizarem os investimentos necessários. Nestas condições a forte presença do Estado e do capital estrangeiro marcaram o perfil dos investimentos, extremamente concentrados no tempo, alterando profundamente a capacidade produtiva.

A análise da estrutura produtiva pelas categorias de uso final de Bens de Capital, Bens de Capitais Duráveis e Bens de Capitais Não Duráveis (BK, BCD e BCND), segundo Tavares, (1985) e Tavares e Melin, (1997), esclarece o papel dos setores na dinâmica cíclica da economia brasileira. É o setor BCD que comandou a dinâmica industrial, o qual, dada sua posição estratégica na estrutura produtiva, estimulou todos os demais setores na fase expansiva do ciclo. Por outro lado, considerando a lógica de atuação concorrencial no mercado de oligopólio diferenciado concentrado, o setor de BCD criou crescente capacidade ociosa que se refletiu posteriormente na queda das taxas de investimento provocando a desaceleração do ciclo.

Quanto ao setor de BK (que liderou a fase expansiva do ciclo) seu crescimento depende da expansão industrial, que por sua vez está atrelada à capacidade de investimento do

Estado, à lógica da concorrência das empresas multinacionais do complexo metal-mecânico. O setor de BCND, pelos pequenos efeitos de encadeamento industrial, somente com reflexos para trás, na agricultura, foi dependente do crescimento do emprego e da taxa de salário. Isso o coloca numa situação subordinada na dinâmica econômica, apesar de sua importante participação na composição do produto.

O período de desaceleração cíclica (1962/67), na avaliação de Conceição Tavares (1985) se caracteriza por duas questões principais: desajuste dinâmico entre a estrutura de oferta e demanda industrial e os problemas de realização de um potencial de acumulação crescente. Assim, o grande investimento desencadeado a partir do Plano de Metas acabou por gerar um potencial crescente de acumulação, muitas vezes acima da demanda futura, desencadeando o crescimento das margens de capacidade ociosa e instabilizando as perspectivas de investimento dadas às dificuldades vislumbradas no longo prazo. Além disso, a própria instalação a um só golpe de uma série de indústrias traz consigo um potencial instabilizador maior em termos de desproporcionalidade entre os setores que também contribuiu à desaceleração verificada na economia.

O período entre 1968/73 correspondeu, a fase de euforia do desenvolvimento brasileiro caracterizado como “milagre econômico”, que foi-se reduzindo paulatinamente em virtude do segundo choque do petróleo em 1974. A partir daí, o Segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) correspondente ao período de 1974/79, não teve o mesmo respaldo internacional e a mesma disponibilidade de gastos do setor público nacional, o que promoveu uma crescente redução do produto nacional, enfim chocando-se em 1979 com o agudo problema de crise internacional, fortemente amparada pelo processo do jogo neoliberal que se passa a discutir na sessão seguinte.

3 - Hayek e sua Abordagem Teórica ao Neoliberalismo

A idéias neoliberais fizeram com que inicialmente, um grande número da população do Leste europeu se mostrasse favoráveis ao livre mercado. Muitos mudaram de linha ideológica a fim de conservarem seus empregos ou conquistar novos. A linguagem do livre mercado pode ser entendida como um novo código de submissão em substituição à antiga retórica soviética de 'paz, amizade e solidariedade'. Um forte apelo de tomar consigo o apoio de gerações desesperançadas, especialmente nos muitos países menos desenvolvidos.

Frederick Kayek, economista e filósofo austríaco, foi um dos mais notáveis representantes das idéias do livre mercado, Os estudos de Hayek se estendem por seis décadas, envolvendo quase todas as disciplinas de ciências humanas. Escreveu cerca de 34 livros, 25 panfletos, 235 artigos até 1984 e continuou escrevendo até a sua morte, em março de 1992.

As idéias do livre mercado de Hayek exerceram, grande influência em um extenso número de ativistas democráticos liberais, principalmente, em Margaret Thatcher e Ronald Reagan, na forma de condução de seus governos, com extrema austeridade social. Encontraram inicialmente, apoio em meio à juventude antes oposicionista, sem emprego e que posteriormente voltaram a ocupar seu lugar de oposição e inconformismo em que sempre estiveram.

A teoria do conhecimento em Hayek e as bases fundamentais para a justificativa do livre mercado indicam falhas pela sua interpretação individualista dos limites do conhecimento humano, recusando-se a ver o conhecimento como produto social. O forte argumento de Hayek é seu não reconhecimento de que um indivíduo possa ter informações adicionais “além do seu próprio pequeno círculo” (Wainwright, 1998:26).

A idéia de livre mercado teve seu fortalecimento nos anos 50, através da CIA que organizou um congresso mundial de intelectuais para debater o futuro da liberdade, um grupo de 150 pessoas, que se reuniram por uma semana em Milão, em 1955. Não se fazia muita diferença que partido estivesse à frente das políticas das nações, o importante era que estes fossem contra a Rússia. Na ocasião Hayek, declarou aos participantes que deviam se preparar para enterrar a liberdade e não salvá-la, uma alusão ao slogan soviético.

A popularidade de Hayek vai de encontro a períodos de baixa da administração da economia estatal que incomoda a grupos poderosos: como os EUA pós segunda Guerra Mundial, ou uma falha de intervenção como no caso da indústria na Grã-Bretanha, principalmente por falha na criação e distribuição de renda, (como no caso do bloco soviético). De maneira geral, a força dos argumentos de Hayek, não está, na extensão de seu conhecimento prático, seu individualismo não lhe permite a compreensão do caráter social capaz de transformar o conhecimento econômico. A longevidade de suas idéias liberais concentra-se na crítica às hipóteses 'positivistas e cientificistas' coladas, a maior parte das políticas de reforma socialistas ou sociais. Assim, quando regimes de Estado de esquerda não alcançam a justiça social que prometem, o neoliberalismo reaparece.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o liberalismo austríaco fracassou, o socialismo, e o nacionalismo passou por ascensão. Hayek viveu esses momentos e fez da recuperação do liberalismo, do livre mercado e da derrota do socialismo o tripé de seus trabalhos. Von Mises, fiel defensor da inviabilidade de uma economia socialista, foi um dos principais inspiradores de Hayek, colocando-o contra qualquer intervenção estatal sustentada na regulação do mercado – para proteger - o mercado de interesses particulares.

Carl Menger, que também exerceu influência sobre Hayek, foi contra as ortodoxias da época, para Menger: o valor não se espelhava na característica objetiva de uma coisa ou de sua produção, bem como o valor da capacidade de mão-de-obra ali empregada, mas sim a preferência subjetiva individual. Inicialmente não se atacou o socialismo. Pragmaticamente, a intervenção era tolerável a um Estado social democrata, a fim de se corrigir distorções de desigualdade.

O principal argumento de Hayek, concentra-se no caráter do conhecimento e da ordem social. Sua teoria afirma que devido à própria natureza do conhecimento econômico, nenhum cérebro único, individual ou coletivo, é capaz de conhecer todos os fatores relevantes para as decisões econômicas que se possam vir a tomar. Assim, uma autoridade única não tem como centralizar o conhecimento dos indivíduos. Como as decisões freqüentemente são tomadas em ambiente de incerteza, o importante é o “conhecimento do tempo e da circunstância” (Wainwright, 1998: 44). Além de que não se pode medir as seqüelas sociais de nossas ações. O mais importante é entender o desenvolvimento da propriedade privada e do mercado, como um desfecho casual da atividade dos indivíduos.

A renovação política que se faz em todo o mundo pós anos 80, tende a indicar que os partidos social-democratas e comunistas tradicionais não são capazes de oferecer uma resposta à altura, colaborando para o fortalecimento do foco neoliberal. Como resposta a essa necessidade, viu-se o surgimento de novos tipos de partidos: tais como o Verde na Alemanha, o Partido Socialista do Povo na Dinamarca e a Esquerda Unida na Espanha – têm um caráter diferente - pois estão preocupados em oferecer uma plataforma de projetos, de mudança social que ocorrem fora das estruturas políticas. Embora sem representar um paradigma político, foram os primeiros a lançar formas inovadoras de representação que abalaram os sistemas políticos de que, cautelosamente participaram.

Esses novos movimentos e partidos, assim como Hayek, valoriza aspectos do conhecimento práticos e tácitos, mas, aborda estes e os aspectos teóricos como produtos sociais. Confirma o desejo de que uma democracia implica poder popular na administração da sociedade, legitimada por uma vida econômica igualitária e cooperativa. Este é um novo

desafio de Estado. Bem diferente daquele apontado pela direita neoliberal, que pode ser uma resposta ao apelo dos neoliberais do livre mercado (Offe, 1989).

Enquanto o projeto democrático não se concretiza como forma de engenharia social do novo Estado. As relações na sociedade vão sendo desafiadas ou pela esquerda libertária ou pela direita neoliberal. O Estado nação em si sofre ataques. Com Alguns destes poderes sendo minados por organizações econômicas internacionais; ou atacados, por indivíduos em seus locais de trabalho, ou por comunidades frustradas diante da incapacidade das instituições nacionais atenderem suas necessidades, numa convulsão social potencial. Diante disso, as redes de esquerda ganham dimensões internacionais, como instrumentos para acompanhar, compreender os novos poderes e arranjos das instituições multinacionais e intergovernamentais, que se processam. Além de compartilharem experiências comuns de luta e organizações para as quais não existem modelos acabados.

O compromisso com os movimentos cívicos democráticos - enquanto agentes necessários, porém, não suficientes, de mudança social – é de extrema importância para preencher o vazio democrático e minar o apoio popular à extrema direita. Através desses movimentos cria-se redes de associações sociais, com intensas relações, através do qual os indivíduos participam de seu futuro construindo sua identidade, vencendo desequilíbrios de apartamento entre seu semelhante. Esses movimentos podem ser uma base de *fronts* contra novas práticas autoritaristas institucionalizadas.

No entanto, as dificuldades econômicas impostas, particularmente pós década de 80, têm limitado, o avanço dos movimentos sindicalistas e a mobilização social nos muitos países menos desenvolvido, têm caminhado na base do desespero, limitando fortemente o avanço dos movimentos sociais democráticos. É necessário um amadurecimento, para se transformar o que é uma contracultura minoritária em força política, e se lutar pela democracia e segurança social (Katz & Coggiola, 1996).

Essa política de movimentos sociais pode representar um novo tipo de esquerda, no qual o liberalismo, ultrapassando os limites de forças políticas do individualismo, cooperaria e ao mesmo tempo concorreria com a geração de uma nova forma de socialismo, que não mais se baseasse num modelo concentrador de Estado nação.

Depois da revolução Russa, o funcionamento de uma economia socialista tornou-se o foco dos debates. A crítica de Mises a uma economia socialista se concentrava, no argumento central de que variáveis econômicas – como do tipo, demanda do consumidor e escassez de recursos – que orientam a indicação de aplicação de recursos na economia capitalista, devia também ser levadas em conta numa economia socialista. Um sistema monetário de preços deveria orientar a alocação de bens do consumidor. Um sistema de planejamento central estaria assim, incapacitado diante das constantes alterações e combinações de demanda e recursos.

Em resposta os economistas socialistas poloneses Oskar Lange e A. P. Lerner e o britânico H. D. Dickinson: adotaram os pressupostos de concorrência perfeita de Marshall: ou seja, forte liberdade de entrada e saída das firmas, ênfase ao método de tentativa e erro na busca do equilíbrio dos preços e recursos. Neste modelo um planejamento central iria administrar preços de fatores de empresas de propriedade do Estado de um modo que, através do processo de tentativa e erro, imitasse o mercado capitalista, sem maximização de lucros preenchendo objetivos sociais além da capacidade do capitalismo. Um conselho de planejamento determinaria, os 'preços sombra' – refletindo a preferência do mercado – visando equilíbrio entre oferta e demandada e como no sistema capitalista, o gerenciamento da produção deveria produzir até que o custo marginal se equiparasse a seu.

Os custos sociais fariam parte dos custos marginais desta economia no orçamento da empresa, tratados no modelo capitalista liberal como cálculos econômicos externos da empresa. Esta teoria desenvolvida pouco antes ganhou força pós a segunda Guerra Mundial.

Esta forma de socialismo de mercado, reforçada pela experiência da economia de guerra, concedeu amplas vantagens a uma administração centralizada. Com isso, boa parte dos argumentos de Mises e Hayek estiveram marginalizados (Wainwright, 1998).

3.1 – Conclusões Teóricas de Hayek

As conclusões de Hayek acerca, do caráter livre dos mercados capitalistas, tiveram suas bases históricas e empíricas extensamente criticadas, revelando um vasto jogo que se esconde por detrás da formação das instituições de mercado. Hayek transformou, o problema da informação e do conhecimento na questão fundamental da economia. Apontando para o problema central de que o conhecimento das circunstâncias das quais temos que nos valer para tomar uma decisão não existe de forma concentrada e integrada, mas fragmentada e dispersa. As informações são incompletas e por demais contraditórias comum a todos. O problema de maior relevância é o da utilização do conhecimento que não é dado a ninguém integralmente.

Hayek transformou, o debate sobre o socialismo, por meio de suas críticas as hipóteses racionalistas neoclássicas, aos engenheiros sociais positivistas; intensificou a crítica da escola austríaca às formas tradicionais de centralização e reiterou sua apreciação a teoria do valor dando ênfase à subjetividade. Deu nova roupagem a importância do liberalismo econômico. Sua preocupação com o conhecimento abriu a discussão da formação de preços, sua importância na coordenação de uma economia e a busca dos caminhos que podem promover o equilíbrio. É evidente, porém, que os valores dos fatores de produção dependem da avaliação dos bens dos consumidores e das condições de fornecimento desses bens.

Para Hayek, um mecanismo de preço não-regulado é o melhor caminho, as taxas marginais de substituição se auto-regulariam, indicando novos pontos de equilíbrio de diferentes cestas de produtos. O mecanismo de preço não regulado enquanto meio de coordenação econômica, é necessário e suficiente a Hayek dado que, o que o indivíduo precisa saber diz respeito somente ao custo comparativo de um bem, isto é suficiente. Para ele o agente econômico, pode ser o consumidor. Empresários e trabalhadores, estão alheios e dispensam informações sobre as condições de trabalho e conseqüências diversas do processo de produção como no meio ambiente, por exemplo. Tomando-se a interpretação da informação como irrelevante economicamente, espera-se que um sistema de preço não-regulado possa, coordenar as ações isoladas de diferentes pessoas.

Conclui Hayek, que a civilização espontaneamente caminha pelo livre mercado, sem discriminação e sem nenhum prévio planejamento regulamentado. O liberalismo é um produto de contingência. As desigualdades são casuais, fruto da atividade individual, que pode ser revertido ao longo do movimento capitalista. Para Hayek o papel do Estado deve ser o de proteger a ordem espontânea, não, ser o engenheiro social e viver apagando os incêndios da desigualdade social, deve-se não interferir e não permitir que outros interfiram. Admitindo-se a eleição de uma assembléia que tomaria conta dos impostos mínimos, se encarregaria da infra-estrutura básica e dos serviços sociais. Só não disse se esse arranjo ideal seria uma junta militar ou um governo de extrema direita bem protegido (Wainwright, 1998).

3.2 - Limitações e Contradições da Teoria de Hayek

Para Hayek, monopólios ou qualquer tentativa de concentração do poder e regulação econômica pode ser uma ameaça à ordem espontânea. Não se dá conta de que os monopólios desenvolveram-se a partir do mercado capitalista. Os monopólios e oligopólios

podem, ser tomados como evoluções da concorrência capitalista; o poder advindo dessa prática pode minar, projetos conscientes e calculados e afetar o conjunto da economia. Num quadro em que a ordem espontânea pode carregar consigo a semente da própria destruição, como sinalizou Marx. As concentrações de riqueza e poder econômico são em larga medida frutos anteriores de tentativas frustradas de dirigir a ordem econômica. Configurando-se em extensos focos de poder, apropriando-se do conhecimento de trabalhadores, consumidores, concorrentes e fornecedores.

Do ponto de vista da democracia e de decisões pública consciente, falta a Hayek indicar em que ponto uma ordem espontânea poderia sofrer intervenção. Suas críticas à abstração da teoria do equilíbrio neoclássico não são completas, no sentido em que se satisfaz único e exclusivamente com o conhecimento humano, para a identificação do equilíbrio nas economias, ignora o processamento de avanços econômicos da vida real que abrem a possibilidade de influenciar a que tipo de equilíbrio se pode chegar. Assinala uma proteção desmedida aos monopólios empresariais acolhendo estes como benignos e os monopólios do trabalho e do Estado, como extremamente prejudiciais. Para ele é salutar que todos trabalhem por sua própria conta experimentando e compreendendo o funcionamento do mercado. Em sua visão o mercado se configura como uma máquina de auto-educação.

Hayek, ignora totalmente um caminho liberal em que não se privilegie a concentração de riquezas. Para ele o problema da economia é identificar mecanismos que permita a plena utilização do conhecimento econômico da população. Demasiadamente, restringe, sua noção de população economicamente ativa, a seu ideal de empreendedor autônomo ou especulador, sem qualquer preocupação com a inclusão de uma grande massa de trabalhadores assalariados. Necessário ao andamento econômico, além de sua inexistente importância dada a vasta fonte de conhecimento tácito (o conhecimento não codificado, fruto da experiência do dia-a-dia) decisivo na confecção e diferenciação de produtos e no andamento do processo produtivo, fortemente utilizado como fator de ganhos competitivos pelas empresas (Antunes, 2002; Fiori, 2003).

A ordem espontânea que Hayek tem em mente formada por diversos agentes individuais, é limitada e envolve uma contradição fundamental, onde o relevante conhecimento implícito na habilidade do trabalhador pode ser codificado pela gerência, numa sadia relação do aprendizado entre trabalhadores e empresários. Isso vai contra a abordagem de Hayek sobre o conhecimento. O Estado tem capacidade para codificar adequadamente o conhecimento do empresariado e o empresariado o conhecimento de seus trabalhadores.

No interior da empresa, a organização se sujeita ao mercado, através de normas, regulação, da constante busca da melhoria da divisão do trabalho, do mecanismo de ajustes de custos e preços e envolve outras relações como: disciplina, supervisão, treinamento, colaboração entre departamentos e setores, onde o conhecimento tácito está fortemente presente. Num esforço em que o conhecimento técnico/tácito pode fazer a diferença e maximizar a produtividade além da capacidade tecnológica instalada (Dosi, 1988).

A ordem espontânea, de Hayek, pode gerar ou ampliar formas de centralização do conhecimento, essa ameaça pode não vir do Estado, nem dos sindicatos ou de movimentos socialistas, mas dos influentes e dominantes protagonistas do mercado capitalista. Neste caso onde estarão os sábios que poderão intervir na busca de um novo equilíbrio? Quando Hayek toma o resultado da atividade humana como casual, dá um crédito desmedido ao acaso, como se este fosse o principal mecanismo da evolução social, ou seja, uma evolução que se faz muito dependente do natural. Democracia, planejamento macroeconômico e escolha social são redundantes.

Seus argumentos vão, de um ponto de partida libertário para um ponto separatista ao se privilegiar a ordem em detrimento da intervenção humana quando indica que seus sábios compõem-se da massa masculina, como fatores de diferença, do ponto de vista em que

estes podem identificar as tendências evolutivas e conscientizar a sociedade a respeito delas. Suas propostas constitucionais não trazem nada de novo, refletem um desmedido individualismo que quando adotadas por alguns de seus discípulos como Margaret Thatcher, Pinochet e Ronald Reagan produziram em larga medida miséria e turbulência social (Wainwright, 1998).

4 - Discussão de Políticas do Modelo Neoliberal

A forma de atuação da política neoliberal ganhou novos contornos ao longo das duas últimas décadas do século XX e adentra a este novo com respingos desde as épocas anteriores à grande depressão de 1929. Esta forma fortemente amparada em políticas econômicas ortodoxas é considerada em muitos casos, a causa de profundas crises distributivas, gerada principalmente nos muitos países menos desenvolvidos. Um processo mitificado, que ganhou forças a partir do final da década de 70.

Milton Friedman da Escola monetarista de Chicago, atuando como um dos maiores expoentes e criadores do processo neoliberal ao lado de Hayek, na análise das economias centrais, notadamente nos EUA, aponta o processo liberal na configuração dos Estados.

“O triunfo do liberalismo de Bentham no século XIX na Inglaterra foi seguido por uma reação que levou a uma crescente intervenção do governo nos assuntos econômicos. Essa tendência para o coletivismo foi grandemente acelerada, tanto na Inglaterra como em outros lugares, pelas duas guerras mundiais. O bem-estar, em vez da liberdade, tornou-se a nota dominante nos países democráticos (Friedman, 1984: 20).”

Por que essa onda neoliberal tem-se tornado tão incisiva principalmente mais recentemente, no apagar das luzes do último século e início deste? Esta pode ser uma clara conformação de política keynesiana de se entregar as jóias para salvar os dedos. O discurso neoliberal de livre mercado acompanhou a história desde a Inglaterra antiga, passando pela hegemonia americana colaborando fortemente com a formação de uma burguesia capitalista, tendo suas crises sempre socorridas pelo Estado seguindo a receita de Keynes, numa conformação de socialização de prejuízos. Assim, Robert Carson dá claras indicações:

“O caminho era claro. Os investimentos das empresas tinham de ser estimulados, os gastos do governo precisavam ser aumentados, ou alguma combinação das duas medidas devia ser tentada. Dado o estado de pouca confiança do mundo dos negócios em meados da década de 30, era evidente para Keynes que todo o fardo teria de ser carregado pelo governo, o qual deveria recorrer a doses maciças de despesas, com formação de déficits (Carson, 1992: 82)”.

Assim o Estado do Bem Estar Social, já aqui indicado, contribuiu enormemente para uma camisa de força que respaldou o capital, em seus períodos de crises mais agudas, contribuindo para a forte expansão do pós-guerra.

Consolidação Neoliberal

As origens do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo se fortalece pós anos quarenta e “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa do pós-guerra conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna (Anderson 1995: 9)”. A oficialização do neoliberalismo como arcabouço de teoria econômica se concretiza com a criação da Sociedade de Mont Pélerin (já indicado), onde se reuniram os contrários ao Estado do Bem-Estar Social europeu e inimigos ferrenhos do New Deal dos quais os expoentes principais eram: Von Mises, Hayek e Friedman. O neoliberalismo ganhou novo fôlego pós a crise mundial de 1973 (Heilbroner, 1984).

O neoliberalismo surge como resposta à crise capitalista, que se aprofundou de forma quase terminal com a Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa foi uma tentativa de resposta à crise capitalista sufocada por uma crise mundial, onde o capitalismo se desmanchou num certo momento. A Revolução Russa e a guerra em Munique, estes fatos bateram como o coração da crise. No período ante-guerra os capitais se espalharam na medida da época, aproximando-se da afirmação de Marx, onde tudo que é sólido se desmancha no ar. Pós Primeira Guerra Mundial e, fim dos anos 30, tem-se a social democracia como uma ruptura ao processo mais incisivo do marxismo aliado a depressão de outubro de 1929 (Galbraith, 1988 e Magalhães, 2002).

A expansão americana pós 1930 só começa quando os gastos militares aumentam, e as respostas sociais vindas do New Deal, de Keynes e da Primeira Guerra alimentam o ciclo expansivo. O modelo keynesiano ressuscita o capitalismo e o neoliberalismo, especificamente com o fim dos anos dourados (1950-70) e a crise pós anos 70. Em nenhum período da história econômica se cresceu tanto, como do fim dos anos 40 ao fim dos anos 60, com a participação de ganhos trabalhistas, onde havia organização da classe trabalhadora. É um período excepcional da economia capitalista, reforçado pelas teorias keynesianas, que injetam sangue novo na economia. A concentração de benefícios se distribui pela classe operária, permitindo melhor qualidade de vida, menos nos EUA onde organizações trabalhistas obtiveram menores ganhos.

Com os mecanismos keynesianos, achava-se que não haveria crise, houve, reforçada pela crise do petróleo nos anos de 1973/79, colaborada pela ativa política de juros altos praticada no final da década de 70 pelos EUA aliada à sobrevalorização do dólar. Esses fatores foram determinantes para que no Brasil fosse abaixo a euforia gerada pelo período do milagre econômico, de 1968/74 e continuada no Segundo PND 1975/79. Em relação às nações centrais, da década de 70 para cá, as taxas de crescimento se fixaram entre 2% e 3%, o Japão que mais crescia se estagnou nos últimos dez anos e os Tigres Asiáticos perderam o fôlego. Inicialmente, o atentado de 11/09/01, conseguiu impedir a brusca continuidade de retração da economia americana com a injeção de recursos públicos, ameaçado, em função dos altos custos da segunda Guerra contra o Iraque de abril de 2003.

O estado do bem-estar-social de forte atuação até início de 1970 criava problemas à acumulação, quando ocorre crise de superprodução afetando os lucros. A partir daí, a política de alianças governo – empresários – não interessava mais. Margareth Thatcher, privatizou tudo o que pôde, desde companhias hidroelétricas, de comunicação, sanitárias e ferrovias entre outras. Em boa medida isso redundou numa redução do Estado acompanhado de sua redução de coordenação e representatividade. Thatcher, para obstruir um sindicato de 500.000 pessoas, provoca a greve e ao invés de negociar, corta a maioria de suas conquistas. Com isso quebrou-se a espinha do trabalhismo inglês. A desigualdade entre o maior e o menor salário se ampliou bruscamente com redução do nível de emprego. No final do século XIX, 20% da população se empregava em serviços domésticos, esse número caiu a 8% na década de 80 e a 12% pós década de 90 (Carson, 1992; Magalhães, 2002).

O desmoronamento russo contribuiu, enormemente para o fortalecimento do neoliberalismo. Nos EUA Ronald Reagan e Bill Clinton seguiram os mesmos passos da Inglaterra, onde a remuneração média se reduziu com aumento do desemprego, recessão e estagflação. A designação de taxa natural de desemprego, subentende-se que o normal é ter desemprego, quando se chega a 10, 15 e 20% é natural. Esse é o risco de ser natural, pode-se criar um crescente exército de reservas. Sobre a situação americana de início dos anos 70, assim se manifesta Robert Carson, quanto à tomada de consciência de que as políticas econômicas de inspiração keynesiana, por si só já não conseguiam restabelecer o equilíbrio e promover a retomada do crescimento:

“Em relação à administração geral da economia reinava nesse momento a convicção de que, não só entre economistas profissionais como também entre líderes empresariais, a mídia e o público geral, o ciclo econômico tinha sido derrotado. (...) Artigos sobre Keynes e a economia keynesiana ornamentaram as páginas da Time, Newsweek, e outras publicações, enquanto a nação comemorava, prematuramente, como se viu depois, a vitória sobre as trevas da recessão e depressão (Carson, 1992: 96).”

5 - Crises Agudas do Capitalismo Como Alavanca ao Neoliberalismo e Queda do Empreendedorismo

A baixa expectativa de crescimento da economia americana no fim da década de 60 e início da de 70, enfraqueceram as convicções dos novos keynesianos, as políticas de ajustamento por 'sintonia fina', se reduziam à inflação, aumentavam o desemprego, mesmo com os pequenos surtos de crescimento, fatos que colaboraram com um renascimento conservador e a eleição de Reagan. Carson enfatiza estes aspectos:

“Suas propostas econômicas específicas reuniram dois grandes temas do pensamento conservador contemporâneo - a tradição monetarista, mais antiga, e a análise da economia de oferta, relativamente mais recente. O primeiro retroagia à fé clássica no governo mínimo, nos orçamentos equilibrados e na pressuposição de que regras econômicas, e não regulamentação, eram o melhor guia para a formulação da política econômica. O segundo propunha uma doutrina mais controversa, isto é, que a economia podia ser estimulada por várias medidas do governo voltadas para o lado da produção (oferta) da atividade econômica. Já antes disso, a era do pleno emprego na formulação da política pública havia chegado ao fim e, por volta de 1980, acabou também o domínio da ortodoxia keynesiana entre os economistas (Carson, 1992: 106).”

Enquanto o neoliberalismo se estabelecia nos EUA, na Europa figurava-se como uma resposta à crise de Estado do Bem-Estar-Social, e no Japão, um terceiro centro de capitalismo tardio, esta moda não pegou. A grande burguesia japonesa continua a utilizar-se do Estado e seus instrumentos como ponto de apoio para realizar sua acumulação e, nos últimos anos, tentar sair da longa crise que atravessa pós década de 1990.

A crise dos anos 70 estava amparada no excesso de produção, se produzia mais do que se consumia, embora tenha melhorado as condições trabalhistas, salários e lucros

tivessem crescido no período dos anos dourados. A crise estava sendo interpretada como causada pela alteração dos preços do petróleo (pelos árabes maus), para os monetaristas a crise estava ligada ao abandono do acordo de *Bretton Woods*, a crise igual as anteriores com uma diferença fundamental de que encontra resistência na lógica capitalista. Como? O que fazer com a demanda menor que a oferta? Demite-se, reduz-se os preços, os lucros? Como combater a redução da produção e manter os preços altos? Se continuam os gastos sociais e naquele momento se reduzem preços e lucros não era aceito. Isso só se conseguia com ampla negociação entre empresas e governo o que leva Nixon a abandonar o padrão ouro.

Os EUA investem no exterior pós Segunda Guerra Mundial. A riqueza interna produz para exportação com fluxo de dólar negativo. Com a crise do petróleo, com o fluxo do dólar para Europa, com uma massa crescente de dólares que não volta, com o déficit dos EUA para com o Japão e os europeus não produzem petróleo, com políticas para reduzir consumo, a massa de dólares vai para mãos árabes e volta para pagar produtos exportados com duas exceções Iraque e México. O Iraque investe em infraestrutura social e industrial, por isso os amam tanto nos EUA e Europa.

Em 1973, havia crises freqüentes dos bancos e uma correria por se emprestar dinheiro, dado um excesso de moeda em circulação, com a sobra de liquidez dos petrodólares e o aumento do endividamento dos países emergentes. Com a segunda alta do petróleo em 1979, os EUA sobem os juros para recompor seu caixa. Passa a ocorrer crises de bolsas e o crescimento das economias é menor que 5% e 7%, derrubando para a média de hoje de 2,% e 3,%, não se conhecendo mais uma continuidade das taxas de crescimento como as de antes de até 25 anos. Os períodos de bolhas se tornam cada vez mais freqüentes amparados em ciclos e surtos menores (Tavares e Melin, 1997; Tavares e Fiori, 1997; Fiori, 2003).

Numa hipótese de que os períodos de crise se aproximam dos períodos de crescimento, a crise iniciada em 1973 completaria 30 anos em 2003. “O modelo das ondas longas diz que o desenvolvimento industrial transcorreu desde a Revolução Francesa, em períodos de longa duração que compreendem 40 a 60 anos (Katz e Coggiola, 1996: 147). Neste sentido salienta Mendel (1982), que as crises mudaram com quedas longas, aumento do desemprego e a queda geral da demanda com concentração da taxa de lucros, além da imensa massa de dinheiro aplicado em bancos, porque a produção já não remunera como antes, mas o banco empresta nosso dinheiro como para a Argentina e temos de receber do banco. O capital concentrador da nova onda liberal, começa a promover o desmonte das conquistas sociais com a promoção de regimes concentradores e autoritários em muitos países da América Latina pós década de 70, com pressões sobre governos para seguir o neoliberalismo.

Este processo ganha novo redesenho pós década de 90 com ascensão de grupos de direita em muitos países europeus, que aproveitaram-se do desmonte soviético de 89 provocado por Yeltshim através de seu golpe em Gorbatchov que representava uma ponte para a democratização russa. No caso brasileiro mais um governo de direita poderia levar o país ao caos. Em relação aos cortes nas garantias sociais, o processo de concentração e a nova conformação de crises que se desenham pós anos 90. Claus Offe sinaliza que:

“A terapêutica sugerida, de ‘redução de salários’ também não é convincente, pela simples razão de que os ganhos distributivos do trabalho contra o capital, desde o final da década de 60, constituíram indubitavelmente uma batalha vitoriosa para o trabalho na guerra que ele não venceu. Na verdade, é o capital, que atualmente está reconquistando seu território político e econômico (Offe 1989: 111)”.

Diante dos fortes respingos e abalos que partiram da Inglaterra e EUA atingindo os demais países, pós década de 80, principalmente os de capacidade emergente, Offe se ocupa das conseqüências do processo:

“A posição ortodoxa utiliza argumentos semelhantes para criticar as alegadas hipertrofias do Estado do bem-estar, que considera estar necessitado de uma restrição ou mesmo de um desmantelamento progressivo. Em tons alarmistas, os neoliberais responsáveis pela política econômica demandam que a roda do Estado do bem-estar seja parada. Se isso fosse de fato realizado, os resultados seriam altamente ambíguos. Do ponto de vista econômico, o desmantelamento do Estado do bem-estar aboliria um amortecedor que funciona como um estabilizador da demanda. Do ponto de vista político, a abolição do Estado do bem-estar eliminaria um mecanismo que tem servido para garantir a paz e a estabilidade social na República Federal da Alemanha e em outros países. Seria uma experiência com um custo extremamente alto e cujos resultados seriam altamente incertos (Offe, 1989: 112)”.

Nessa tendência de imitação dos países periféricos como México, Chile, Argentina e Brasil com Fernando Collor e o amplo programa de privatizações no governo de FHC e a expectativa de uma guinada com o governo Lula. Essa situação traz muitas antigas preocupações, sobre a questão da sobrevivência da democracia em caso de agravamento das questões sociais na América Latina. Atílio Boron, ao analisar os problemas atuais enfrentados pelo capital para realizar sua acumulação, conclui que:

“A democracia aparece, então, no diagnóstico neoconservador, como a causante final da crise. A terapia é simples: o substancial corte das exigências populares, que a crise não deixa de incentivar e reproduzir, é a única medida que pode pôr fim à fatal sobrecarga do Estado e ao reaquecimento da economia (Boron, 1994: 21)”.

Assim, o comportamento da economia mundial pós 1972/73 esteve amparado na crise do petróleo, crise americana com a maior parte de seu consumo energético baseado no petróleo, o comportamento de um ciclo econômico descendente, o fim da conversibilidade do dólar em ouro em 1971 e a redução das reservas americanas, todas essas vertentes rebateram de forma negativa na economia americana que provocaram desequilíbrio na economia mundial.

Se todos os países quisessem converter seus dólares em ouro, os EUA não teriam como suprir a demanda, esta é a causa principal da crise que assustou os bancos, levando à corrida bancária. Como indicado, os EUA pagavam as importações com dólares e estes ficavam no conjunto especialmente na Europa. A crise do petróleo como uma reação política da guerra entre Israel e Palestinos e os países exportadores de petróleo não islâmicos, que reclamavam o baixo preço do petróleo pela concorrência forçada.

Os EUA acumularam déficit dentro de um ciclo de sobe, desce, recessões, crises sistêmicas e quedas na bolsa, adota-se uma política onerosa com expectativas usando a bolsa com aprofundamento no déficit da balança americana e nesse quadro se reduz o produto pouco antes da crise do petróleo (1973) que foi suficiente para mudar o panorama da economia mundial. Com isso os EUA ficaram em difícil situação para se recompor, mediante

uma insatisfação popular no momento da guerra do Vietnã (1976), onde o governo não conseguia ganhar a guerra militarmente.

A reação do empresariado à recessão que se inicia nos anos 70, vai ser mais marcante contra os movimentos operários, é o preço por ter tido participação na distribuição de renda entre 1945/60 em proporção maior que os empresários. Visando buscar meios de atenuação da crise, uma reunião na Suécia em 1968, oficializa o grupo dos sete maiores que a partir daí muda definitivamente a orientação de política econômica de heterodoxa, da valorização do bem estar social para forte atuação ortodoxa neoliberal.

6 - Discussões do Processo Neoliberal e Suas Repercussões ao Brasil como a queda da possibilidade de novos empreendimentos

Essa configuração de crise pós década de 70, trouxe sérias conseqüências aos países da América Latina e, no Brasil, comprometeu o avanço do milagre econômico obtido entre 1968/73, que teve uma intensiva coordenação e atuação do Estado. A redução de crescimento que se dá paulatinamente pós 1975, alcança o nível de crise em 1979 com a segunda alta do petróleo e o status de recessão pós década de 80. A contaminação se faz por elevação da taxa de juros no mercado internacional, a política americana do dólar forte, a liberação de recursos financeiros internacionais somente para o equilíbrio do balanço de pagamentos das nações emergentes, aumento da tributação e penalização da produção e consumo, aumento dos gastos públicos para cumprimento de projetos de base, o peso da taxa de juros na dívida externa dos países vai aumentando cada vez mais.

A discussão em torno dos muitos países menos desenvolvidos se dá, na intensidade de que aqui o processo neoliberal cobra um custo mais alto do que nas nações centrais, em virtude de que estas já se consolidaram na fronteira do desenvolvimento. Neste sentido ressalta Offe:

“Fica claro que se nas economias capitalistas industrializadas as propostas neoliberais têm como um de seus objetivos a recomposição das perdas sofridas pelo capital no conflito distributivo, e o enfraquecimento do Estado do bem estar leva não só a isso, como à perspectiva de ganhar ainda mais. Sua aplicação é problemática para a América Latina: tanto os dados disponíveis sobre economias com longa tradição de desigualdade e exclusão, como o Brasil e o México, quanto sobre aquelas onde a concentração da riqueza e da renda se aproximou mais, no passado, ao padrão médio europeu, como a Argentina e o Uruguai, mostram que nas últimas décadas, mesmo em fases de expansão da economia e do emprego, a concentração de renda aumentou, assim como os ganhos do capital em relação aos do trabalho. Aqui, portanto, o neoliberalismo só pode assegurar novos aumentos ao território do capital, pois não há o que reconquistar (Offe 1989: 120)”.

O foco concentrador de reconquistas do capital, nas nações centrais e que se propaga pelas nações emergentes fica claro na análise de Magalhães (2002: 12).

“No caso da Grã Bretanha, o coeficiente de Gini começa a subir a partir de 1977, de 0,23 para 0,34 em 1992, o maior crescimento registrado em todo o mundo no período. Pequenas variações anuais são normais, mas aqui se trata de uma evolução constante da desigualdade, que se

mantém ao longo de todo o período Thatcher. Como resultado disso, a renda total dos 20% mais ricos, que em 1977 era quatro vezes maior que a dos 20% mais pobres, passou a sete vezes maior. Mas o dado mais impressionante resulta da análise das desigualdades entre salários: em 1991 a diferença entre o mais alto e o mais baixo salário foi a maior desde os anos oitenta do século XIX, quando esses dados passaram a ser levantados. Nos Estados Unidos, que sempre tiveram um padrão de desigualdade distributiva um pouco acima da registrada em outros estados capitalistas avançados, a evolução foi semelhante: entre 1969 e 1992 o coeficiente de Gini passa de 0,35 para 0,40, enquanto os 20% mais ricos passam a receber uma parcela da renda total onze vezes maior que a dos 20% mais pobres, contra apenas 7,5 vezes em 1969”.

Em larga medida as políticas econômicas e sociais inspiradas no neoliberalismo promoveram uma crescente concentração de renda, tanto na Inglaterra em menor escala em virtude de uma maior atuação da organização operária, como nos EUA, onde o processo concentrador se deu de forma mais aguda e Nova Zelândia que também se inspira na política econômica neoliberal.

No Brasil, uma pobreza institucionalizada tomou forma, porque a explosão do processo neoliberal, chegou ao País, num momento de constante movimentação das massas sociais da década de 80, num movimento de perda de raízes, que se fazia das áreas rurais para as áreas urbanas e esta massa continuava com a cultura do campo. Na cidade, ficam na periferia urbana e na periferia do trabalho também. Com o crescimento de práticas ortodoxas cada vez mais neoliberais, dá-se a impressão que o neoliberalismo premia o crescimento pessoal, o problema é que o dinheiro ultrapassa os padrões éticos claramente presente na eleição de Bush e da maquiagem em 2003 de balanços de diversas multinacionais americanas. Já se nota uma reação contrária, mas que ainda não tem vigor e força.

No momento em que uma economia entra em crise, o primeiro afetado são os lucros, a acumulação é reduzida. E por que então o Estado do Bem-Estar Social é tido como mal? É porque se exige gastos maiores e com gastos maiores leva-se a uma redução da taxa de lucro, para maiores gastos o Estado deve arrecadar mais, incentivar a produção, promover políticas que assegurem o crescimento de setores emergente, incentivar as cadeias produtivas e ampliar de forma geral sua coordenação macroeconômica.

Enquanto a lucratividade estava garantida, o capitalismo europeu aceitou os operários com 52% da renda e os capitalistas com 48%. A queda nos lucros faz surgir à crítica do capital, se um está perdendo, alguém está ganhando, onde as diversas classes passam a atuar como uma extensão da ação do capital: de um lado o governo, no meio o capital e do outro lado o capitalista. Os diversos grupos assumem posições de mudança, com críticas porque não vêem o conjunto, só o aspecto que atinge a eles. A postura neoliberalista amplia os conflitos sociais com decadência distributiva cada vez mais crescente com claros reflexos educacional e de promoção da cidadania que tende a se tornar um círculo vicioso e no extremo a dependência cada vez mais acelerada dos muitos países menos desenvolvidos.

Entre os primeiros exemplos de fracasso do neoliberalismo está o México, com sua crise cambial de 1994, a concentração de renda que proliferou em quase todo o mundo, o processo especulativo mediante as instabilidades, onde ninguém tem certeza das perspectivas reais, joga-se com as perspectivas que interessam a cada um, onde não há uma lógica das bolsas, a elevação da taxa de juros para se atrair capitais e as altas oscilações de liquidez internacional que promovem as bolhas especulativas. Atualmente apenas o receio já tende a gerar crise. Neste sentido vale assinalar o processo destrutivo do capital indicado por Marx,

passando pelas fases de capitalismo monopolista de estado³ e posteriormente como capitalismo retardatário, dado sua dependência das nações centrais. Vale ressaltar ainda as indicações de Boron:

“Até que ponto as transformações recentes na anatomia da sociedade burguesa alteraram qualitativamente o caráter das relações capitalistas de produção? Desapareceu a exploração do trabalho do homem pelo homem, isto é, a ‘escravidão do trabalho assalariado’, no ‘capitalismo tardio’ do final do século XX? Desta maneira se poderia saber - mais além da fascinação da retórica - se estamos ou não na presença de um tipo histórico de sociedade diferente (Boron, 1994: 222)”.

As respostas a estas questões ainda não definitivas, embora que pelo que já se foi discutido, se tenha uma clara certeza da necessidade de interligação entre os diversos sistemas econômicos que já atuaram como organizadores da produção, alcançando um consenso de que se tem que tentar novos desenhos e *insights* de organização, não de retorno ao processo puramente de fortalecimento do lucro, mas também que atenda e respeite as instituições consolidadas de cada sociedade, sem tornar desprezível uma relação de igualdade entre capital e trabalho. E para isto, faz-se necessário um disciplinamento dos capitais que retraia seu poderio concentrador com crescentes riscos de autodestruição.

7 – Conclusão

Ao que parece, o capitalismo não passou por qualquer mudança qualitativa como modo de produção, a sua natureza continua a da geração de renda com concentração, valendo-se de armas ideológicas para garantir a expansão hegemônica das novas formas de dominação burguesa que se estão construindo. O que aponta que o novo capitalismo não mudou na sua essência. Quando na grande depressão dos anos trinta, o capitalismo foi salvo graças a políticas intervencionistas de cunho heterodoxo, é importante salientar que no momento em que a heterodoxia é utilizada para salvar rendas aos trabalhadores ou ao modelo de bem-estar-social, passa-se longe dos interesses do capital.

Nos países de tradição democrática a burguesia resolve o problema via eleições como a que elegeu Bush e com partidos de compromisso de reduzir o Estado ou de pelo menos torná-lo mais favorável ao capital. Esta sistemática passa pela redução de impostos e, quando possível, salários e, com isso, reverte-se as perdas relativas do capital frente ao trabalho, privatização, terceirização e outras bandeiras da modernidade neoliberal que foram as primeiras levantadas. Muitas destas ações são direcionadas ao enfraquecimento sindical do conjunto das empresas estatais, a fim de tornar possível outros objetivos.

Pode-se dizer que o grande capital revestido da bandeira neoliberal não nutre sonhos de retornar a idade de ouro (45/65). Mas para reforçar sua posição no Estado intervencionista, expurgando-o o mais possível da presença das classes trabalhadoras no seu interior e, portanto, facilitando seu aproveitamento como promotor da acumulação. Neste sentido a dissolução da União Soviética auxiliou bravamente no processo. Inteligentemente o Japão em nenhum momento se deixou atrair pelo discurso neoliberal.

³ Observe ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza. In: HOBBSAWM, Eric, (org.) In: *História do marxismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1987. E A teoria do capitalismo monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista. In: HOBBSAWM, Eric, (org.) In: *História do marxismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, vol. 12.

8 – Referências

- ABREU M.P. A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana. São Paulo: Campus 1995.
- ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza; o debate mundial desde a guerra mundial até a crise de 1929. In: HOBBSAWM, Eric., (org.) In: *História do marxismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 8, pp. 11-77.
- ANTUNES, Ricardo. (Org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo Editorial 2. Ed. 2002.
- BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- CARSON, Robert B. *O que os economistas sabem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo tardio*. SP: Brasiliense 1982, 182 p.
- CARDOSO DE MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. (1984). Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. 3. ed. SP. Brasiliense. p. (161-183).
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo tardio*. SP: Brasiliense 1988, 196 p.
- DOSI, G. The nature of the inovative process. In: Dosi et all. *Technical change and economic theory*. London Printer Publish, 1988.
- FRIEDMANN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: Para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- GALBRAITH, John Kenneth. *1929 o colapso da bolsa*. São Paulo, Pioneira, 1988.
- HEILBRONER, Robert. *O capitalismo do século XXI*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1984.
- KATZ, Cláudio e COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital*. São Paulo, XamãVM Editora e Gráfica Ltda, 1996.
- MAGALHÃES FILHO, F. de B. *A hegemonia neoliberal: fim da história ou mito do eterno retorno? Texto de Discussão da UFPR*, out. 2002.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Revista de Economia Política*. SP, vol. 17. N. 02 (66p) abr-jun 1997.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TAVARES, M. C; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e Dinheiro: uma economia política de globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

TAVARES, M. C; MELIN, L. E. (1997). *A desordem globalizada e nova dependência*. Revista ANPEC. N. 02, p. 09-30.

WAINWRIGHT, Hilary. *Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.